MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA
Repartição de Instrução Agrícola

LEI N.º 308

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte :

Artigo 1.º O ensino secundário de agricultura é professado em duas escolas de carácter diverso: a Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, já existente, e a Escola Técnica Secundária de Agricultura, agora criada.

Art. 2.º A Escola Técnica Secundária de Agricultura tem por objectivo formar administradores de explorações rurais e encarregados de quaisquer empresas agrícolas e técnicas auxiliares oficiais, procurando também formar bons operários rurais, aos quais serão passados atestados de competência. Os diplomados com o curso da Escola ficarão equiparados, para quaisquer colocações como técnicos auxiliares, aos diplomados da Escola Nacional de Agricultura de Coimbra.

Art. 3.º A sede da Escola Técnica Secundária de Agricultura será em Santarém, nos domínios actualmente occupados pela Escola Prática de Agricultura, na qual continuam suspensas as primeiras matrículas para o curso elementar, podendo o Governo oportunamente autorizar ali a sua reabertura ou transferir para outro local a sede daquella Escola Prática quando o julgue conveniente.

Art. 4.º O curso da Escola de Santarém será exclusivamente técnico e de carácter acentuadamente prático e compreenderá cinco períodos semestrais, com a seguinte distribuição de disciplinas :

1.º Período :

Mecânica, máquinas agrícolas e motores.
Topografia.
Agrologia, meteorologia e climatologia.
Operações gerais de cultura.
Exterior dos animais domésticos.

2.º Período :

Topografia.
Condução de águas, irrigação e drenagem.
Culturas arvenses.
Culturas arbóreas e arbustivas.
Tecnologia agrícola.

3.º Período :

Construções rurais.
Horticultura e jardinagem.
Culturas arbóreas e arbustivas.
Silvicultura, aquicultura.
Zootecnia e higiene pecuária, primeiros socorros veterinários.
Tecnologia agrícola.

4.º Período :

Construções rurais.
Tecnologia agrícola.
Patologia vegetal.
Zootecnia e higiene pecuária.
Economia rural.

5.º Período :

Tecnologia agrícola.
Patologia vegetal.
Zootecnia e higiene pecuária.
Economia rural.

O Governo decretará a distribuição de ensino por grupos, sob proposta do Conselho Escolar, e essa distribuição será alterada sempre que o conselho o julgue conveniente.

Art. 5.º O regime da Escola Técnica Secundária de

Agricultura será exclusivamente o de externato, pagando os alunos 5\$ por semestre, importância que constituirá receita da Escola. A primeira matrícula far-se há mediante o exame de admissão, interessando as línguas portuguesa e francesa, elementos de matemática, física, química, botânica, zoologia, geologia, geografia, história e desenho, perante um júri constituído por professores da Escola Nacional de Agricultura de Coimbra e da Escola Técnica, pelo director desta, e por um delegado do Governo.

§ único. O prazo para a primeira matrícula inicia-se em 1 de Fevereiro e durará até 15 do mesmo mês.

Art. 6.º O 1.º, 3.º e 5.º períodos lectivos decorrerão desde 1 de Março a 30 de Junho de cada ano; o 2.º e 4.º iniciar-se hão em 16 de Outubro e terminarão em 20 de Fevereiro, indo o ano escolar de 1 Outubro a 31 de Julho. Fora dos períodos lectivos será obrigatória a assistência dos alunos aos trabalhos práticos que o Conselho Escolar determine.

Art. 7.º Os alunos farão um só exame no termo do curso, abrangendo todas as disciplinas que a constituem e precedendo provas práticas eliminatórias. O exame efectuar-se há numa só época, durante o mês de Julho. Ao Conselho Escolar compete dar ou recusar nota de passagem dum período a outro, sendo condição indispensável para a matrícula em qualquer período a passagem no anterior.

Art. 8.º Haverá na Escola, para o ensino, um director e três professores, engenheiros agrónomos ou silvicultores diplomados pelas diversas organizações do Instituto Superior de Agronomia e nomeados pelo Governo, sob proposta do Conselho, a que se refere o artigo 29.º

Os vencimentos serão :

Director :	
Categoria	800\$
Exercício	200\$
Gratificação	200\$
	1.200\$

Professores :	
Categoria	600\$
Exercício	120\$
	720\$

Art. 9.º Auxiliarão o ensino três técnicos auxiliares contratados pelo Governo de entre os diplomados com o curso de agricultor ou de regente agrícola, com o vencimento até 480\$ anualmente.

§ único. A Escola poderá contratar um preparador de química, quando os serviços do laboratório o exigiam.

Art. 10.º Além do pessoal técnico, haverá na Escola pessoal de administração, pessoal menor e pessoal jornalheiro. O pessoal da administração compreenderá: 1 chefe de expediente e contabilidade, dois amanuenses e um fiel de armazéns. O pessoal menor compreenderá: dois serventes, quatro guardas rurais, um mestre carpinteiro, um mestre serralheiro e um picador.

§ 1.º Mantêm-se o lugar de médico da Escola e igualmente nas condições, actuais, os lugares de mestre de jogos e mestre de música e canto coral mas só enquanto durar o período transitório do internato, findo elle poderá todavia a Escola contratar estes mestres pelas forças da sua dotação.

§ 2.º Manter-se hão os lugares de prefeitos, enquanto durar o período transitório do internato. Só depois de suprimidos estes lugares será feito o provimento dum dos lugares de amanuense.

§ 3.º O pessoal de administração será de nomeação do Governo, e o pessoal menor de contrato, nos termos do Regulamento. Os vencimentos serão os que actualmente lhes competem, segundo a organização da Escola Prática de Agricultura de Santarém.

Art. 11.º Todo o pessoal actualmente em exercicio na Escola Prática de Agricultura de Santarém, mantido por este diploma, prestará serviço na Escola Técnica Secundária em identidade de situações, com garantia dos direitos adquiridos, sendo feitas por livre escolha do Governo, nos termos do artigo 29.º, quando se applicarem as nomeações para os lugares que pela presente lei fiquem sem provimento.

Art. 12.º É applicável também à Escola de Santarém o disposto no artigo 27.º

Art. 13.º A Escola Nacional de Agricultura de Coimbra tem por fim oferecer, aos filhos dos agricultores, os meios de, sem perderem o contacto com a vida dos campos, se educarem dum modo perfeito, sob os pontos de vista intelectual, moral, fisico e civico, valorizando a sua acção como homens, marcando o seu lugar, onde quer que trabalhem, e de ao mesmo tempo se tornarem verdadeiros profissionais da agricultura; orientados pela instrução técnica recebida, segundo os modernos processos, conduzindo às melhores produções.

Art. 14.º A organização da Escola Nacional de Agricultura, de Coimbra, continua sendo a que consta do decreto de 18 de Novembro de 1911, com as modificações constantes dos artigos seguintes.

Art. 15.º O ensino da Escola Nacional de Agricultura de Coimbra comprehende três ciclos: 1.º, ciclo de preparação geral; 2.º, ciclo de preparação profissional; 3.º, ciclo de preparação complementar, constituindo os dois primeiros o curso da Escola e sendo a frequência do 3.º facultativa. Além destes ciclos são mantidas as especializações a que se referem os artigos 7.º, 8.º e 9.º do decreto de 18 de Novembro de 1911.

Art. 16.º O ciclo de preparação geral continua sendo formado pelas disciplinas que actualmente constituem essa preparação, acrescidas da lingua latina cujo ensino, que poderá ficar a cargo dum dos professores contratados do quadro actual, será feito nos primeiros quatro anos do curso, inscrevendo-se para esse efeito, anualmente, no orçamento, a verba necessária, que poderá ir até 200\$. O ciclo profissional mantem-se como determina a organização em vigor. O ciclo de preparação complementar abrange as sciências mathematicas e fisico-naturais, cuja regência incumbirá aos professores técnicos do quadro da Escola, e é estabelecido nos dois últimos anos, fazendo os alunos um único exame no fim do ciclo.

Art. 17.º O regime da Escola é exclusivamente o de internato, sendo condição indispensável para admissão à primeira matrícula que o candidato tenha idade comprehendida entre o mínimo de onze anos completos e o máximo de catorze anos incompletos. A admissão fica sempre dependente do conhecimento que o Conselho Escolar fundadamente obtenha acerca dos antecedentes do candidato e dum exame feito pelo médico da Escola não podendo ser admitidos aqueles candidatos em que o exame demonstre a existência de doença contagiosa ou de notável falta de robustez.

Art. 18.º O certificado de aprovação no ciclo de preparação geral equivale, para todos os efeitos legais, à certidão de exame do curso do 5.º ano dos liceus, incluindo a matrícula nos cursos complementares dos mesmos liceus. Aos diplomados com o curso completo da Escola de Coimbra, que tenham sido aprovados nas matérias do ciclo de preparação complementar, é facultada a matrícula no Instituto Superior de Agronomia e na Escola de Medicina Veterinária, independentemente de qualquer outra habilitação. A habilitação com os três ciclos equivale ainda, para todos os efeitos, à habilitação com o 7.º ano do curso dos liceus.

Art. 19.º Aos diplomados da Escola Nacional de Agricultura será passada a carta de curso com a designação de agricultores.

Art. 20.º Quando o Conselho Escolar da Escola Na-

cional de Agricultura, constituído pelos professores fixos, e duas vezes convocado para a eleição, não escolha director, por dois terços, pelo menos, dos votos da totalidade dos seus membros, a nomeação do mesmo será feita pelo Governo de entre os diplomados pelas diversas organizações do Instituto Superior de Agronomia, sob proposta do Conselho a que se refere o artigo 29.º

Art. 21.º Os professores técnicos e o professor do grupo pedagógico da Escola Nacional de Agricultura serão providos por escolha do Conselho Técnico de entre os diplomados de ensino superior, nos termos do artigo 52.º do decreto de 18 de Novembro de 1911, pertencentes ou não aos quadros agricolas officiais, só se fazendo o provimento por concurso quando o Conselho referido não indicar candidato por dois terços, pelo menos, de votos conformes. O provimento do professor de zootecnia e higiene poderá fazer-se em um engenheiro-agrônomo ou em um médico veterinário.

§ único. Quando haja concurso o respectivo júri será constituído por todos os professores técnicos da Escola, podendo agregar-se-lhes professores do Instituto Superior de Agronomia e da Escola de Medicina Veterinária, sob proposta do Conselho Técnico e com a anuência daquelas escolas de ensino superior.

Art. 22.º Mantem-se o prazo de sete anos para os actuais professores contratados poderem ser nomeados definitivamente. Como estes, os futuros professores contratados só terão direito à nomeação no fim daquele prazo, se para isso forem propostos pelo Conselho Escolar por dois terços de votos conformes. Os contratos poderão ter a duração dum ano. Os professores contratados poderão descontar 5 por cento para a Caixa de Aposentações, durante o tempo dos seus contratos, sem direito a indemnização quando esses contratos se não renovem, sendo esse desconto levado em conta para o pagamento a que se refere o § 5.º do artigo 55.º do decreto de 18 de Novembro de 1911.

Art. 23.º Os futuros técnicos auxiliares servirão na Escola por contrato nas condições do artigo anterior, indicadas para professores; devendo a proposta para a nomeação ser feita pelo Conselho Técnico e não pelo Conselho Escolar.

Art. 24.º O director da Escola Nacional de Agricultura quando, no uso das suas attribuições fiscaes, o julgar conveniente, poderá ordenar ou suspender quaisquer serviços ou despesas das diversas secções, dando conta oportuna do seu acto ao Conselho Técnico se houver inobservância do plano de exploração ou se se tratar de casos nele previstos.

Cada chefe de secção será civilmente responsável pelas despesas que ordenar e que não mereçam a aprovação do Conselho Técnico.

Art. 25.º O vencimento dos professores técnicos e do professor do grupo de pedagogia da Escola de Coimbra continua a ser de 1.000\$, mas dividido em 800\$ de categoria e 200\$ de exercicio.

Art. 26.º O número de técnicos auxiliares da Escola para os serviços de secções e laboratórios será reduzido a seis, sendo elevado a seis o número de guardas rurais da Escola.

Art. 27.º O Governo fica autorizado a subsidiar com uma pensão, além dos seus vencimentos, os professores técnicos auxiliares da Escola de Coimbra para se aperfeiçoarem em escolas ou estações especializadas do estrangeiro e a contratar os práticos nacionais e estrangeiros que julgue necessários à proficua execução dos serviços escolares.

Art. 28.º É restabelecida a categoria de official de secretaria ou contabilidade, unicamente com applicação ao funcionário que já a possuía à data do decreto de 17 de Agosto de 1912, ao qual é mantido o complemento de exercicio a, que se refere o decreto de 24 de Dezembro

de 1901. No quadro do pessoal menor são incluídos, com carácter fixo, um prático vitícola e um mestre ferrador com o vencimento anual de 300\$ cada um, sendo acrescido da quantia anual de 30\$ o vencimento de categoria dos guardas de aulas. O provimento do lugar de mestre ferrador será por concurso de provas públicas, sendo motivo de preferência, em igualdade de circunstâncias, o haver já prestado oficialmente à Escola serviços de idêntica natureza, com reconhecida competência. Os actuais e futuros ajudantes do professor regente do colégio não terão direito à alimentação da Escola, mas perceberão em troca, durante o período escolar, um complemento de exercício equivalente, à razão de \$30 por dia.

§ único. Todo o pessoal menor a que se não faz referência neste artigo será de contrato, fazendo-se a primeira admissão por um ano e as seguintes mediante contratos renováveis, cujos períodos de duração poderão ir até cinco anos.

Art. 29.º É criado um Conselho de Ensino Agrícola, que poderá ser ouvido pelo Ministro de Instrução Pública em assuntos de ensino e terá especialmente a seu cargo fazer as propostas de nomeação ou contrato de pessoal, nos casos em que essas propostas não incumbam directamente às escolas médias ou secundárias, elementares ou primárias.

Compõem o Conselho de Ensino: o chefe da Repartição de Instrução Agrícola; o director do Instituto Superior de Agronomia ou quem o substitua, os directores da Escola Nacional de Agricultura e da Escola Técnica Secundária e um professor de cada um destes três estabelecimentos de ensino.

Art. 30.º A partir da abertura da Escola Técnica Secundária da Agricultura de Santarém, que terá lugar em 1 de Março de 1915, serão para ela transferidos da Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, para ali completarem o seu curso técnico e desde que tenham obtido aprovação no exame de preparação geral, os actuais alunos externos da Escola de Coimbra, os alunos, internos que o requeiram e os internos que, por voto do Conselho Escolar desta Escola, não possam concluir nela o seu curso, em regime de internato, em virtude da sua idade ou doutra causa justa.

§ único. Para os alunos da Escola de Coimbra, que hajam de transitar para Santarém, realizar-se há o exame de preparação geral no termo da primeira época lectiva daquela Escola.

Art. 31.º Quaisquer alunos que no ano lectivo de 1913-1914 se houverem matriculado no 4.º, 5.º e 6.º anos do curso da Escola de Coimbra e que tenham interrompido os estudos no decurso da primeira época lectiva do referido ano, serão admitidos à matrícula na Escola Técnica

Secundária respectivamente no 1.º, 3.º e 5.º periodos quando o requeiram; e se a algum faltar o exame de preparação geral, fará êsse exame no fim do 1.º periodo do curso da Escola de Santarém.

Art. 32.º A todos os actuais ou antigos alunos da Escola Nacional de Agricultura de Coimbra, que concluírem o seu curso em Santarém, por virtude do disposto neste diploma, são garantidas a carta de agricultor, passada pela Escola de Coimbra, e a matrícula no Instituto Superior de Agronomia e na Escola de Medicina Veterinária, nos termos da lei vigente.

Art. 33.º Se algum dos actuais ou antigos alunos pensionistas da Escola de Coimbra, por virtude do disposto neste diploma, transitar para a Escola de Santarém, ser-lhe há abonada, pelo cofre da Escola de Coimbra, a pensão de 18\$ por cada mês de estudos ou exames, para com ela se manter no externato. Êste encargo caducará se o aluno perder, duas vezes seguidas, um periodo do curso. Os alunos externos e os internos pensionistas da Escola Nacional de Agricultura, que transitarem para a Escola de Santarém, deixarão de pagar mensalidade, sendo esta substituída pela propina de matrícula estabelecida neste diploma para os alunos ordinários da Escola Técnica.

Os alunos pensionistas saídos de Coimbra são dispensados do pagamento de propinas de matrícula.

Art. 34.º É suspensa a admissão de pensionistas na Escola Nacional de Agricultura até que o número dos alunos desta categoria se torne inferior ao quarto da lotação da Escola, fixado na lei.

Art. 35.º Enquanto durar o periodo transitório dos antigos alunos da Escola de Morais Soares, o director, o professor servindo de sub-director pela organização vigente, e os dois actuais regentes agricolas, continuarão percebendo as gratificações que lhes forem arbitradas por lei.

Art. 36.º O Govêrno decretará a regulamentação do presente diploma.

Art. 37.º Será harmonizada a tabela das despesas das duas Escolas para o corrente ano económico com o disposto no presente diploma; de modo a não haver aumento da despesa total, e com recurso às disponibilidades eventuais dos respectivos orçamentos. Do mesmo modo, no respectivo ano económico, a consignação orçamental das duas Escolas apresentará uma distribuição harmónica com as disposições dêste diploma.

Art. 38.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros das Finanças e de Instrução Pública a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Govêrno da República, e publicada em 6. de Fevereiro de 1915. — *Manuel de Arriaga* — *Herculano José Gahardo* — *Manuel Goulart de Medeiros*.